



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência



VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A Carta Arqueológica Subaquática dos Açores foi designada pela UNESCO como um dos cinco exemplos que representam as melhores práticas para a proteção do património cultural subaquático, a par de outros projetos de outros tantos países, como sendo Espanha, França, México e Eslovénia.

A Carta Arqueológica Subaquática dos Açores (Portugal) foi designada pela UNESCO como um dos cinco exemplos que representam as melhores práticas para a proteção do património cultural subaquático.

Tal designação resulta de recomendação do Conselho Consultivo Científico e Técnico da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (STAB/UNESCO), por constituir um relevante exemplo de boas práticas e por ser um dos projetos que melhor promove o acesso público e responsável ao património cultural subaquático, pesquisas científicas que asseguram a sustentabilidade de sítios arqueológicos, preservando-os para as gerações vindouras.

A UNESCO adotou, em 2001, a Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático para aumentar a preservação dos vestígios arqueológicos com valor cultural e histórico.

A diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, referiu que a designação destas melhores práticas pela organização promove soluções concretas e diretamente aplicáveis para a proteção do património subaquático, apelando a todos os Estados para que se inspirem neles para ampliar o impulso de proteger esses vestígios importantes, o que deve merecer generalizado regozijo para os Açores e para os açorianos.

A Conferência Internacional sobre Património Cultural Subaquático da UNESCO decorreu há duas semanas, isto é, nos dias 20 e 21 de junho, na sede da UNESCO, e foi presidida por Ghazi Gherairi, embaixador da Tunísia na UNESCO.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

Realizada pelo menos uma vez a cada dois anos, esta conferência reúne todas as principais partes interessadas envolvidas na implementação da convenção.

Adotada em 2001, a Convenção para a Proteção do Património Cultural Subaquático visa proteger melhor os milhões de destroços e restos históricos preservados no fundo do mar, sendo que este tratado internacional é "uma resposta ao aumento da destruição da herança subaquática exposta aos caçadores de tesouros".

A convenção também visa promover o acesso do público a esse património e incentivar pesquisas arqueológicas e, até ao momento, foi ratificado por 61 países, tudo conferindo uma importância suplementar a tal distinção.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Congratulação pela designação pela UNESCO - como um dos cinco exemplos de melhores práticas para proteção do património subaquático - à carta arqueológica subaquática dos Açores.

Aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 4 de julho de 2019.

A Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

Ana Luísa Pereira Luís